

Políticas Públicas NA Educação BRASILEIRA

Diversidade

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
DIVERSIDADE**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira: diversidade / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 227 p. : 2.528 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-93243-76-9 DOI 10.22533/at.ed.769182003 1. Educação e Estado – Brasil – Multiculturalismo. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A AFIRMAÇÃO DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E A LEI 10.639/03

Érica Monale da Silva Gomes, Paula Paulino da Silva, Suzana dos Santos Cirilo e Ivonildes da Silva Fonseca..... 5

CAPÍTULO II

A ANTROPOLOGIA COMO PONTO DE REFLEXÃO SOBRE A DIVERSIDADE NOS CURSOS DE DIREITO

Rafael Gomes da Silva Carneiro e Brenno Fidalgo de Paiva Gomes16

CAPÍTULO III

A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Tamires de Campos Leite e Nágib José Mendes dos Santos.....25

CAPÍTULO IV

A LITERATURA AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONSTRUINDO PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM SALA DE AULA

Edmar Ferreira Santos35

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: ASPRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato.....48

CAPÍTULO VI

A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA DO CAMPO: CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Maysa Conceição de Farias Albuquerque, Emanuelle de Oliveira Belisario e Maria Joselma do Nascimento Franco 60

CAPÍTULO VII

ARTE E CONSCIÊNCIA NEGRA: PRODUÇÃO DE SABERES NA INTERFACE ESCOLA E TERREIRO DE UMBANDA

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes, Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa e Rafael Gomez da Silva Carneiro 73

CAPÍTULO VIII

BOA ALUNA, MAU ALUNO

Hellen Cristina de Oliveira Alves81

CAPÍTULO IX

CONCEPÇÕES DA PROPOSTA CURRICULAR E A PRÁTICA DE SALA DE AULA SOBRE A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA – PE

Joel Severino da Silva e Luciana Menezes de Lima Mendes87

CAPÍTULO X

DOMINAÇÃO MASCULINA E ESCOLA PÚBLICA

Alan Isaac Mendes Caballero98

CAPÍTULO XI

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA REFLEXÃO DA PRÀXIS PEDAGÓGICA QUE LEVAM AS ATITUDES DISCRIMINATÒRIA

Suely Marilena da Silva e Fernanda Carvalho Guimarães 110

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro, Grasiela Lima de Oliveira, Maria Juliana Chaves de Sousa e Alessandra Alexandre Freixo 128

CAPÍTULO XIII

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INCLUSÃO DOS POVOS CIGANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO BRASILEIRO.

Maria Raquel Alves da Rocha 140

CAPÍTULO XIV

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: UMA FRONTEIRA QUE NECESSITA SER DESFEITA

Anna Carla Ferreira de Araújo e Anna Cristina Ferreira de Araújo 152

CAPÍTULO XV

JOGOS COOPERATIVOS E O PROBLEMA DA COEDUCAÇÃO – REFLEXÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Cynthia Nery da Silva, Jéssica Dayane da Silva Martins, Rayane dos Santos Borges, Silvana Nóbrega Gomes e Lígia Luís de Freitas 161

CAPÍTULO XVI

O SILENCIAMENTO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL E NO RECIFE

Isabella Nara Costa Alves 170

CAPÍTULO XVII

O/A DOCENTE DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO/A MONITOR/A EM ALTERNÂNCIA

Grasiela Lima de Oliveira, Alessandra Alexandre Freixo e Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro 182

CAPÍTULO XVIII

OS CONFETOS DAS BICHAS DOCENTES COMO MARCADORES DA HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Roberto Vinício Souza da Silva, Rosemary Meneses dos Santos e Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento..... 195

CAPÍTULO XIX

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINAR A CUIDAR EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NESSE CAMPO DE CONHECIMENTO

Valdeci Silva Mendes e Candida Soares da Costa..... 208

Sobre os autores.....222

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: AS PRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato

A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: AS PRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato

Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

RESUMO: O objetivo deste estudo é compreender a construção da identidade social da jovem mulher militar oriunda da formação superior na Escola Naval, que recebeu, em 2014, as primeiras doze mulheres graduandas, futuras bacharéis em Ciências Navais. Este estudo é de cunho qualitativo, bibliográfico exploratório, cujo instrumento de coleta de dados foi um questionário, com perguntas abertas e fechadas, aplicado às alunas no período de adaptação à vida militar. O quartel tem por característica ser um território de homens, principalmente por envolver atividades de risco, força e de forte rigor da disciplina. O período deste estudo em questão é uma fase de transição brusca e intensa, uma verdadeira “peneira”, que visa levar à desistência as pessoas que não possuem vocação ou força de vontade para o ingresso na carreira militar. A pressão exercida, sob vários aspectos, faz parte de uma melhor preparação para o dia a dia repleto de atividades, tanto acadêmicas quanto militares, do ciclo escolar e da vida militar-naval. Procura-se, portanto, criar uma unidade coletiva e social em mais de 230 discentes, jovens de diferentes origens, mas que no coletivo, a princípio, não estão sentindo a questão de gênero. No momento inicial de formação de um pequeno grupo de pioneiras, que representava 1,5% do total de discentes, verificou-se que elas começaram a conhecer as identidades sociais militares e os seus valores, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade que busca respaldo para uma Nação desenvolvida, forte, livre, unida, justa e soberana.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior Militar. Escola Naval brasileira. Igualdade de gênero.

1. INTRODUÇÃO

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano (BEAUVOIR, 1967, p.7).

A epígrafe acima foi retirada do primeiro parágrafo do livro “Segundo Sexo”, escrito por Simone de Beauvoir entre os anos de 1946 e 1948, com publicação inicial em 1949. A autora vivia numa época de término da Segunda Guerra Mundial e presenciou a recuperação de seu país, que fora dominado e dividido pelas potências em conflito. Poderíamos trazer e contextualizar a frase para os dias atuais, pois a luta pelo reconhecimento da mulher como força produtiva emancipada e participante ativa da sociedade contemporânea ainda é intensa e recente, com ganhos reconhecidos e retrocessos perceptíveis. A mulher é um ser à procura de deixar de ser apenas o Outro, procurando ser realmente o Sujeito, ativo e igual em

todos os aspectos e atividades de nossa vida em sociedade.

Após a mutação dos hominídeos para os seres humanos, há cerca de 250 mil anos, a sociedade humana passou a se basear na caça e na coleta. Homens e mulheres dividiam o poder em sistema de “coletivo de iguais”, ou seja, por mais que houvesse divisão de tarefas, não havia um sistema hierarquizado entre eles. Do ponto de vista do gênero, portanto, existia igualdade, um poder partilhado, que Saffioti (2000, p.20) assevera:

Já está provado através dos estudos históricos que, na sociedade de caça e coleta, a mulher provê no mínimo 60% das necessidades da comunidade; a comida, por exemplo, em mais de 60% é oferecida pelas atividades de coleta desenvolvidas pelas mulheres. Os homens caçam, mas a caça não é uma atividade cotidiana, é uma atividade que ocorre uma ou duas vezes por semana; ele provê cerca entre 30 a 40% das necessidades da comunidade. Por aí já se vê que a situação da mulher não é a mesma em todas as sociedades e que a dominação masculina é um caso específico, um caso histórico dentro de um esquema de divisão do poder mais igualitário.

O que se acredita, portanto, é que tanto os homens quanto as mulheres podem executar diferentes tipos de trabalhos e ser iguais, assim como podem desempenhar funções idênticas e ser desiguais; como Farr e Chitiga (1991 apud MACÊDO; MACEDO, 2004, p.83) argumentam, “o problema não se refere tanto sobre quem faz o quê, mas quem define os papéis do outro e se, tanto homens quanto mulheres, têm escolha”. Com o passar dos séculos, observa-se o aumento da participação das mulheres em ocupações profissionais tradicionalmente masculinas como pano de fundo para uma efetiva igualdade de oportunidades entre ambos os sexos.

A via de entrada para as mulheres no ambiente militar naval era posterior à sua graduação e em áreas de apoio à saúde ou administrativas. Assim, depois de mais de 30 anos em que as primeiras mulheres ingressaram nas fileiras da Marinha, em 2014, pela primeira vez passaram a pisar o solo histórico da Ilha de Villegagnon, sede desde 1938 da Escola Naval (EN), doze Aspirantes¹ no seu Curso de Graduação, futuras bacharéis em “Ciências Navais”. Estas pioneiras na formação militar superior na MB, representavam cerca de 1,5% do total de discentes da Instituição.

O objetivo deste artigo, portanto, é compreender a construção da identidade social da jovem mulher militar oriunda da formação superior na EN, por via do seu aquartelamento. Para o atingimento do objetivo colimado, este artigo está dividido em três seções principais para sua análise e discussão: começamos por uma breve história sobre a mulher nas Forças Armadas brasileiras, em especial na Marinha; a segunda parte trata do período de adaptação à vida militar e dos valores que são ensinados; e a terceira é uma análise do instrumento de coletas e a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

¹ Aspirantes - como são denominados os alunos graduandos da Escola Naval.

2. MARCO TEÓRICO

O referencial teórico contou com as publicações internas da Escola Naval, além da legislação pertinente ao início da proposta de efetivação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Em relação à história das mulheres nas fileiras militares, os seguintes autores deram o aporte necessário: Takahashi (2002), em sua tese de doutoramento sobre a entrada das primeiras cadetes na Academia da Força Aérea brasileira; Santos (2006) expõe suas preocupações quando da efetivação das primeiras mulheres pilotos na Força Aérea; Mendes (2010) e Andrada e Peres (2012) em seus estudos históricos sobre a inclusão das primeiras mulheres nas Forças Armadas, situação ocorrida na Marinha do Brasil.

No trato direto das relações de gênero e das mulheres militares, foram analisados os estudos de Saffioti (2000), Macêdo e Macedo (2004) e da professora portuguesa Helena Carreiras (2004), esta que realizou suas pesquisas em países europeus que tinham em suas fileiras mulheres combatentes. Os conceitos desenvolvidos neste artigo sobre os valores militares e as situações apresentadas durante o chamado período de adaptação à vida militar foram respaldados pelo estudo antropológico de Celso Castro (2004) na Academia Militar das Agulhas Negras, instituição de formação dos oficiais do Exército Brasileiro, além de Schirmer (2007) e Ribas e Rodrigues (2009), que demonstram com clareza a necessidade de um nivelamento entre o coletivo de futuros alunos militares.

3. METODOLOGIA

A abordagem dessa investigação é de cunho qualitativo, com pesquisa documental e bibliográfica como técnicas iniciais exploratórias e com dados de pesquisa longitudinais, visto que este é o primeiro estudo produzido e que acompanharemos as doze novas Aspirantes durante sua formação acadêmica, da qual saíram Guardas-Marinha em dezembro de 2017. A abordagem metodológica de investigação adotada foi qualitativa, que segundo Alves-Mazzoti e Gewandsnajder (1999, p.163) é “caracteristicamente multimetodológica, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados”.

A ideia precípua é procurarmos compreender a formação da construção da identidade social da jovem mulher militar oriunda da graduação superior via aquartelamento. Para a elaboração deste artigo, o período inicial de coleta de dados foi o da adaptação, que ocorreu no mês de janeiro de 2014, e o instrumento de coleta foi um questionário com perguntas abertas e fechadas às adaptandas².

² Adaptandos (as) - termo que designa o futuro Aspirante durante o período compreendido entre sua apresentação e a sua matrícula no ciclo escolar (Escola Naval, 2014, p.1.1).

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 Breve história da mulher nas Forças Armadas brasileiras

Em 24 de outubro de 1979, o então Senador da República por São Paulo, senhor Orestes Quércia, submeteu um Projeto de Lei do Senado de nº 323 que tratava do ingresso voluntário de mulheres nas academias militares de nível superior. O projeto, em seu artigo 1º, ainda reservava um percentual de vagas para candidatos do sexo feminino (BRASIL, 1979). Em 28 de novembro de 1979, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por intermédio do seu parecer nº 20, rejeitou o referido projeto, argumentando que o mesmo era inconstitucional, pois era prerrogativa do Presidente da República dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal (BRASIL, 1980, p.1).

À época, a Marinha crescia com a aquisição no exterior e com a construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro de modernas Fragatas da Classe “Niterói”, entre outros meios operativos, além de mobiliar, com mão de obra de nível técnico e universitário, o Centro Médico Naval do Rio de Janeiro, um complexo hospitalar recém-inaugurado, que incluía também o Hospital Naval Marcílio Dias.

Aproveitando-se da ideia das mulheres nas Forças Armadas e da necessidade de liberar o militar operativo para as “atividades relacionadas diretamente com a preparação e o emprego do Poder Naval” (MENDES, 2010, p.1), em 7 de julho de 1980, com a promulgação da Lei nº 6.807, foi criado pelo então Ministro da Marinha, o Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, composto por um quadro de Oficiais e outro de Praças (ANDRADA; PERES, 2012). 30 anos após esse ato importante, em 2014, pela primeira vez, passaram a fazer parte do quadro de discente da EN, doze jovens brasileiras, pioneiras na formação superior na Marinha, futuras oficiais do Corpo de Intendentes e bacharéis em “Ciências Navais”.

A Força Aérea Brasileira admitiu o ingresso de mulheres em 1982, inicialmente em atividades administrativas e na área da saúde, similar ao realizado pela MB. Em 1996, utilizando o mandamento constitucional de que “homens e mulheres são iguais em direitos, obrigações e oportunidades” (TAKAHASHI, 2002, p.135), o então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Mauro Gandra, admitiu na Academia da Força Aérea (AFA) as primeiras mulheres em curso de formação superior, no quadro de Intendência, para o “recebimento de uma formação acadêmico-militar idêntica à dos homens em curso de formação de oficiais de carreira e a possibilidade de atingir o generalato” (TAKAHASHI, 2002, p.135). A partir de 2002, a possibilidade profissional das mulheres nessa Academia foi ampliada, com a opção, durante o concurso de admissão, para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, que, segundo Santos (2006, p.38), “destina-se a aumentar a participação feminina no curso, compensado o fato de que não há vagas para mulheres na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, de onde provém a maior parte dos Cadetes Aviadores da AFA”.

Não obstante, no Exército Brasileiro foi criado um Quadro Complementar de Oficiais em 1990. “Diferentemente da Marinha e da Aeronáutica, as mulheres ficaram reunidas num quadro à parte, no Exército foi criado o Quadro de Oficiais

Auxiliares, composto por homens e mulheres, para o exercício de funções técnicas” (ANDRADA; PERES, 2012, p.36). Em seguida, a Lei nº 12.705, de 08 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, em seu artigo 7º, determina que “o ingresso na linha militar bélica de ensino permitido a candidatos do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta Lei” (BRASIL, 2012, não paginado). Desse modo, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército está ultimando obras em suas instalações para o recebimento, a partir de 2017, das primeiras mulheres para um curso regular da carreira militar da Força³, nos quadros de Material Bélico e Intendência.

4.2 Os valores militares

A caserna tem por característica ser um território de homens, principalmente por envolver atividades de risco, força e de forte rigor da disciplina. Carreiras (2004, p.91) argumenta que, apesar dessa tentativa atual de “equalização estatutária entre militares de ambos os sexos, persistem ainda diversas restrições ocupacionais e as mulheres continuam maioritariamente excluídas de funções relacionadas com o combate”. Porém, uma vez que as oportunidades foram abertas, “as mulheres estão demonstrando sua alta capacidade de decisão, autonomia e comando [...] os desafios agora são o pleno acesso das mulheres às atividades de risco e às mais altas funções de comando e de decisão” (ANDRADA; PERES, 2012, p.14-15).

É importante realçar que a base do trabalho, em qualquer organização, inclusive a militar, é formada pelos seus valores, que norteiam também os objetivos pessoais e, conseqüentemente, devem estar em consonância com os princípios e valores organizacionais, que servirão de base para melhorar a eficiência do trabalho, sendo necessário o alinhamento dos objetivos dos trabalhadores aos da empresa, orientando ambos a uma direção com o mesmo fim (RIBAS; RODRIGUES, 2009). Os valores organizacionais dizem respeito ao comportamento desejado do indivíduo em relação ao seu ambiente de trabalho e também servem como motivador de seu relacionamento com as tradições de sua instituição, comunicados e transmitidos entre seus membros, sem deixar de possuir certa correspondência com os valores pessoais.

Castro (2004, p.15) argumenta, em seu estudo antropológico na Academia Militar das Agulhas Negras, que “o Cadete vive um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. [...] é na interação com outros cadetes e com os Oficiais que ele aprende como é ser militar”. Dornsbuch (1995 apud CASTRO, 2004, p.35), afirma ainda que as “academias militares constituem-se no ‘exemplo extremo’ de uma ‘instituição assimiladora’: ‘Ela isola os cadetes do mundo de fora, ajuda-nos a se identificar com um novo papel, e, assim, muda sua auto-concepção’”. Nesse isolamento, os novos cadetes começam a conhecer os valores e virtudes dos

³ Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/03/ig_paulista/164113-espccx-prepara-as-primeiras-mulheres-combatentes-do-brasil.html>. Acesso em: 26 set. 2016

militares, em especial a hierarquia e a disciplina, binômio estrutural da vida na caserna.

Schirmer (2007) apresenta-nos trinta virtudes da carreira das armas, e, para representar esse período de assimilação da vida militar dos jovens e das jovens, podemos pinçar inicialmente a “camaradagem” e o “espírito militar”. O espírito militar, segundo esse autor, pode ser resumido como a exaltação ao sentimento do dever que emana em prol da sociedade, o respeito à disciplina, a abnegação, a lealdade e a coragem física e moral, e “é a fonte onde o soldado busca o bálsamo a ser derramado nas chagas abertas pelas inevitáveis adversidades da vida castrense” (SCHIRMER, 2007, p.31).

E assim, entraram, em janeiro de 2014, pela ponte principal da Ilha de Villegagnon, para o período de adaptação, vestidos de calça jeans, camiseta e tênis branco, 236 jovens brasileiros, homens e mulheres, em busca do sonho de serem os novos “Sentinelas dos Mares”⁴ do glorioso Brasil.

4.3 O estágio de adaptação à vida militar

O período de adaptação é uma fase de transição brusca e intensa, como afirma Castro (2004, p.19), “uma ‘peneira’ que visa levar à desistência as pessoas que não possuem vocação ou força de vontade suficiente para o ingresso na carreira militar”. É um período no qual os novatos não têm tempo nem para pensar, com todos os momentos ocupados por alguma atividade, das físicas e militares até as burocráticas. Segundo esse autor, a preocupação dos oficiais é “‘homogeneizar’ os cadetes o mais rapidamente possível em relação ao nível de formação militar, e [...] dão à intensidade do processo de socialização profissional militar, combinado ao fato de que esse processo ocorre em relativo isolamento ou autonomia” (CASTRO, 2004, p.24-34). Os primeiros passos na carreira militar começa.

Todo militar da Marinha, com certeza, se lembra do Estágio de Adaptação que realizou em uma instituição de ensino e formação militar. Aos adaptadores cabe o papel de apresentar não só o rigor da vida militar, mas também o de penalizar todo o grupo pelos pequenos deslizes de um único membro, como forma de fomentar a união entre eles. Desse modo, um se torna responsável pelo bem-estar dos demais, o que, mais tarde, culminará na criação de um espírito de turma e de corpo, valores doutrinados e intrínsecos na carreira de todos os militares.

O Estágio da Adaptação é regulado internamente por norma interna do Comando do Corpo de Aspirantes da Escola Naval (ESCOLA NAVAL, 2014, p.1-1) e visa a “definir responsabilidades e estabelecer normas para o planejamento, execução e controle das atividades referentes ao Estágio de Adaptação de candidatos a Aspirantes”. Ele é bem regulado com um quadro de trabalho semanal, planos das diversas aulas, procedimentos para o recebimento de uniformes, livros, censo odontológico etc.

⁴ Sentinelas dos Mares - como também são conhecidos os Aspirantes (alunos) da EN.

4.4 Análise do instrumento de coletas

O questionário foi composto de duas partes: a primeira trata da origem social e da escolarização; a segunda, das expectativas quanto à profissão escolhida. A identidade das respondentes foi preservada e as respostas, quando mencionadas, são discriminadas pelo código alfanumérico de “Asp.1” a “Asp.12”, escolhidos aleatoriamente, independentemente de classificação de entrada dentro da turma de novatos.

Na primeira parte, que trata da vida acadêmica e familiar da Aspirante, podemos iluminar que elas, em sua maioria, são do estado do Rio de Janeiro, e oito realizaram o ensino médio em instituição pública, sendo que cinco foram oriundas de algum Colégio Militar. Cinco respondentes têm os pais com a origem militar. Na pergunta que tratava de avaliar a opinião dos familiares a respeito da escolha de uma profissão militar, a resposta foi unânime, o apoio total da família e, como afirmam em suas respostas, “*se orgulham de eu ter ingressado na Marinha e me apoiam nessa escolha*” (Asp.4); ou “*eles se dizem muito orgulhosos da minha brilhante escolha*” (Asp.5); ou ainda “*me apoiam totalmente e valorizam muito minha escolha*” (Asp.8).

Uma pergunta procurou ser o termômetro do que as futuras Aspirantes pensavam quando estavam vivenciando o Estágio de Adaptação. A questão foi direta ao tema de desistir e pedir para sair, mas a resposta “não” foi repetidamente escrita, inclusive a Aspirante 4 asseverou “*estava focada no meu objetivo*”, o que foi ratificado pela Aspirante 5, “*Não, nenhuma vez, inclusive, sempre que as meninas choravam na adaptação eu dava muita força e apoio*”. Pode-se verificar que o espírito de corpo e o companheirismo já estavam sendo cultivados entre o pequeno grupo de adaptandas.

Uma pergunta avaliou a relação delas com o universo masculino na EN. Um falaram que o ambiente estava tranquilo, outras de muito respeito, ou mesmo normal, “*os Aspirantes (meus companheiros de turma) me aceitaram bem na turma, sobre os Oficiais, às vezes parece que cobram de mim por eu ser mulher*” (Asp.3). A Aspirante 11 confirma que é uma ótima relação, “*com muito respeito e companheirismo*”, o que é ratificado pela Aspirante 12: “*muito boa, eles nos receberam sem nenhuma discriminação e ficamos gratas por isso*”. As brincadeiras no grupo, desde que sadias, fazem com que a relação de amizade floresça, pois sempre que um apelido amigo e aceito é atribuído a um colega, todos passam a reconhecer na pessoa o carinho e a descontração existente dentro do grupo.

Em relação às perguntas sobre as expectativas quanto à profissão escolhida, uma procurou entender o que as jovens, futuras tenentes intendentes, esperam no trato com o ambiente masculino das unidades militares para as quais forem designadas depois de formadas. Todas as respostas mostraram que elas são maduras e responsáveis e acreditam que vão lidar tanto com os Oficiais e Praças da mesma maneira como estão aprendendo na EN: “*com respeito e cordialidade*” (Asp.4); “*mantendo a compostura, mostrando aos militares que nós também podemos ser excelentes Oficiais*” (Asp.1); e “*com muita postura e profissionalismo no ambiente de trabalho; ética e respeito de um para com outro*” (Asp.5).

Uma questão procurou avaliar, nesse início na vida militar e no período de

adaptação, qual seria o seu maior desafio. Algumas responderam, já pensando no período do ciclo escolar, como a Aspirante 3, que está preocupada com a parte da educação física; ou a Aspirante 4, com o nível de dificuldade acadêmico; ou ainda a Aspirante 9, com *“organizar sempre o meu tempo para conseguir fazer tudo o que é preciso”*, ou a sinceridade da Aspirante 7, apreensiva em *“superar minha timidez”*; ou até mesmo a Aspirante 2, que não sabe qual será o seu maior desafio. Duas interessantes respostas foram dadas pelas Aspirante 8, *“conciliar minha família com minha vida profissional”*, e pela Aspirante 12, *“distância da família quando embarcar por muito tempo em viagens longas”*.

Tendo este artigo o foco no Estágio de Adaptação, uma pergunta procurou colher sugestões para a sua melhoria. A Aspirante 4 sugeriu *“visitações a ambientes onde trabalham os Oficiais da Intendência, do Corpo da Armada e de Fuzileiros Navais”*, o que não acontece nesse período em questão, mas sim durante o ano acadêmico nas chamadas Práticas Profissionais Navais (PPN). A Aspirante 2 argumentou sobre a necessidade de *“mais instrução sobre o uso do uniforme”*. Quatro respondentes foram enfáticas em realçar a necessidade de mais tempo para *“higiene pessoal”* e *“poder lavar as mãos antes das refeições”*.

A última questão que será exposta trata sobre a escolha pela MB e se elas tinham alguma noção acerca da profissão escolhida, ou seja, de ser uma Oficial do Corpo de Intendentes da Marinha. Três responderam simplesmente que *“não”* e quatro *“um pouco”*, inclusive uma delas fez uma pesquisa sobre a formação das mulheres intendentess na AFA. Seis responderam que *“sim”*. A Aspirante 5 explicou que, pelo fato de *“ter passado para as duas Marinhas (Mercante e de Guerra), pesquisei muito sobre ambas e inclusive conversei com os Aspirantes já formados”*.

O período da realização da coleta das respostas foi ao final do estágio, o que demonstra que algumas respostas já estavam revestidas de relações positivas no trato do grupo entre os seus integrantes. Mesmo assim, é sabido que a pouca experiência dos discentes no meio militar, principalmente dos adaptandos oriundos do concurso público ou mesmo daqueles que não fizeram o seu ensino médio em um dos Colégios Militares, sempre será mais sentida por qualquer jovem, seja homem ou mulher, o que pode ser corroborado pelas palavras da Aspirante 3 sobre o estágio: *“eu me sairia melhor se soubesse mais ou menos como seria. Não estava nem um pouco preparada quando cheguei aqui”*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um aumento da participação das mulheres em diversas ocupações profissionais, até pouco tempo notadamente masculinas. Nós, brasileiros, tivemos uma Presidente da República eleita em 2010, uma Almirante promovida em novembro de 2012, temos mulheres trabalhando na construção civil, como motoristas de ônibus e até em aviões de combate. A mudança estrutural nas relações entre gêneros evoluiu consideravelmente nos últimos anos, e como somos frutos de uma construção social histórica, uma vez abertas as oportunidades, as mulheres estão demonstrando seu valor e sua capacidade de decisão e liderança.

O Aspirante recém-admitido na Escola Naval é tradicionalmente chamado de

calouro. A pressão exercida nesse período em questão, com exercícios físicos, treinamentos militares e muita informação sobre a carreira e a cultura naval, faz parte de melhor prepará-los para o dia a dia repleto de atividades, tanto acadêmicas quanto militares, do ciclo escolar e da vida militar naval. É um período em que não dá para parar e pensar, o tempo todo é ocupado. Ao final, procura-se criar uma unidade coletiva e social em mais de 230 jovens de diferentes origens, mas que no conjunto, e a partir do início do caminhar acadêmico, não sentiram a questão de gênero, pois são antes de tudo militares e com um único objetivo, como bem participado em sua fala o Aspirante 9: serem declaradas oficiais, e no futuro, *“alcançar a patente mais alta e ser muito respeitada por fazer parte da primeira turma de mulheres da Escola Naval”*.

Portanto, no momento de formação de um pequeno grupo de pioneiras, as Aspirantes começaram a conhecer as representações sociais militares, estão descobrindo sua vocação, aprendem o estilo de vida da tropa e os valores militares. Além disso, estão conscientes sobre os comportamentos desejáveis que deverão seguir na profissão castrense, de dedicação à Força, à Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade que busca, em suas cores e ações, respaldo para uma Nação desenvolvida, forte, livre, unida, justa e soberana.

Este autor foi convidado a fazer uma palestra para a turma de Aspirantes na disciplina de Cultura Organizacional Militar. Aproveitamos a oportunidade e construímos uma dinâmica ao final da aula. As mulheres teriam que responder a uma pergunta. Do início da adaptação até agora, que mudanças internas e externas, como pessoa e como militares, elas puderam perceber? As respostas foram interessantes e importantes e estão transcritas a seguir por intermédio de uma costura textual; os aspectos foram, em certa medida, discutidos neste artigo.

"Ingressei na Marinha do Brasil, sem experiência nenhuma do que era militarismo e muito menos do que era ser militar. Foi um período difícil o da adaptação, onde aprendi a resolver os problemas tanto meus quanto das pessoas que estão ao meu redor. Eu era muito imatura e tímida, passei a ser uma pessoa mais organizada, mais responsável, mais segura, aprendi a cumprir ordens sem questionamentos, também a camaradagem todos os dias de nossa formação e a desenvolver novas aptidões. Outro ponto é o meu lado esportivo, o qual eu não tinha desenvolvido até então, hoje pratico esporte e gostaria de estar sempre praticando. São muitas as dificuldades, muitas mesmo, mas encontrar a cada dia um motivo profissional para ficar é satisfatório demais, pois estou crescendo e melhorando. Já pensei em desistir, uma vez que a rotina é exaustiva, mas, de alguma forma, eu sinto que aqui é meu lugar. Estou aprendendo a ser feliz aqui e, pelo que eu vi até agora do CIM, eu acho que fiz a escolha certa em vir para a Escola Naval como Intendente. Eu tinha apenas duas irmãs, eu ganhei mais 11 irmãs e 261 irmãos e companheiros de turma".

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneiras, 1999.

ANDRADE, S. A. de; PERES, H. M. **Mulheres a Bordo: 30 anos da mulher militar na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Hmperes & Associados, 2012.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. **Projeto-de-Lei do Senado nº 323, de 24 de outubro de 1979**. Serviço de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Arquivo do Senado Federal (SARQ). Brasília, DF, 1979.

BRASIL. **Parecer nº 20, de 1980, de 26 de maio de 1980**. Serviço de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Arquivo do Senado Federal (SARQ). Brasília, DF, 1980.

BRASIL. **Lei n. 12.705, de 08 de agosto de 2012**, Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12705.htm>. Acesso em: 21 maio 2016.

CARREIRAS, H. Mulheres em contextos atípicos: lógica de exclusão e estratégias de integração feminina nas Forças Armadas. **Etnográfica**, v. VIII, n.1, p. 91-115, 2004.

CASTRO, C. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ESCOLA NAVAL. **Nossa Voga**. Publicação destinada aos novos Aspirantes da Escola Naval. Rio de Janeiro, 1957.

ESCOLA NAVAL. **Nossa Voga**. Publicação destinada aos novos Aspirantes da Escola Naval. Rio de Janeiro, 2009.

ESCOLA NAVAL. **Normas do Comando do Corpo de Aspirantes**. En-30. Cap.1. Rev.5, 2014.

MACÊDO, G. S.; MACEDO, K. B. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. **Revista Psicologia**, São Paulo, v.4, n.1, jan./jun. p.81-90, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v4n1/v4n1a04.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

MENDES, L. C. K. B. **Subsídios sobre a presença da mulher na MB**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2010.

RIBAS, F. T. T.; RODRIGUES, C. M. C. Valores organizacionais declarados e implantados: uma percepção entre o real e o desejado. **Revista Iberoamericana de Engenharia Industrial**, Florianópolis, v.1, n.2, p.43-60, dez. 2009.

SAFFIOTI, H. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: MOTTA, A. B.; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Org.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. p.15-39. (Coleção Bahianas; 5).

SANTOS, Augusto César A. dos. O empenho de Aviadoras na Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira. **Revista UNIFA**, Rio de Janeiro, v.18, n.21, p.35-47, 2006.

SCHIRMER, P. **Das Virtudes Militares**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2007.

TAKAHASHI, Emília E. **Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. 276f. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2002.

ABSTRACT: The aim of this paper is to understand the building of the social identity of the young military woman coming from Higher Education in the Naval Academy, which received the first 12 undergraduate, future Bachelors in Naval Sciences. This study has a qualitative nature, an exploratory bibliographic research, whose data collection tool was a questionnaire, with open and closed questions, applied to female students during the military career adaptation period. The quarter is a male territory, specially because it involves risky activities, strength and full discipline rigor. The period of this study is an abrupt and intense transitional phase, a choice by elimination, actually, which aims leading those who are not intended or willing enough for the military career to quit. Exerted pressure is, in many ways, part of an improved preparation for a fulfilled activity routine, either academic or military of the school years and the Navy career. It is in search of a collective and social unit among more than 230 students, youngsters of different origins, but as a team are not initially feeling gender aspects. At the initial formation stage of a small group of pioneers, who represented 1,5% of the total students, it was observed they began to learn the social military identities and their values, not forgetting they are women and citizens, active members of a support demanding society for a developed, strong, free, united, fair and sovereign Nation.

KEYWORDS: Military Higher Education. Brazilian Naval Academy. Gender Equality.

Sobre os autores:

Alan Isaac Mendes Caballero Mestrando no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação na UNICAMP, cuja linha é Ciências Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES) da mesma faculdade. Graduado em 2017 pela Faculdade de Educação da UNICAMP em Pedagogia. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP) durante o período da Iniciação Científica. E-mail para contato: alanisaac09@gmail.com.

Alessandra Alexandre Freixo Possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ (2010). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando principalmente nas seguintes temáticas de pesquisa: educação e ruralidades, imagens e narrativas no mundo rural, estudos de cultura e mundo rural, ensino de ciências no contexto da educação do campo.

Anna Carla Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Anna Cristina Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do projeto de extensão PIPEX, UFPE. Trabalha na área de biologia vegetal com ênfase em biologia de Briófitas.

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes Graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: brenno.fidalgo@gmail.com

Candida Soares da Costa Professora da Universidade Federal de Mato Grosso; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação E-mail: candidasoarescosta@gmail.com

Cynthia Nery da Silva Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); cynthianery@outlook.com

Edmar Ferreira Santos Professor da Universidade do Estado da Bahia. Membro do corpo docente do Programa de Especialização em Educação e Diversidade Étnico-Racial do Departamento de Ciências Humanas, campus VI da Universidade do Estado

da Bahia. Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, programa onde atualmente desenvolve pesquisa de doutorado com apoio do Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. E-mail: estudosafricanos.edu@gmail.com

Emanuelle de Oliveira Belisario Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: emanuelleoliver@hotmail.com

Érica Monale da Silva Gomes Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: mmonale009@gmail.com

Grasiela Lima de Oliveira Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2015) e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (Previsão de término – 2018). Participa do grupo de pesquisa Carta Imagem, coordenado por Alessandra Freixo. Bolsista CNPQ. Atua principalmente nas seguintes áreas: ensino de ciências no contexto da educação do campo, narrativas, educação e ruralidades, formação docente.

Hellen Cristina de Oliveira Alves Professor da Faculdade Afonso Mafrense; Psicóloga do Instituto Federal do Piauí; Graduação em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho; Mestranda em Educação pela Anne Sullivan; E-mail para contato: hellencrisss@gmail.com

Hercules Guimarães Honorato Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), ano de conclusão 2012. Graduação em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (ano de conclusão - 1982). Especializações em: Gestão Internacional (2007) e MBA Logística (2009) pelo Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Docência do Ensino Superior (2008) pelo Instituto a Vez do Mestre da Universidade Cândido Mendes, RJ. Doutor e Mestre em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval (EGN) - Rio de Janeiro, anos de conclusão 2007 e 1999 respectivamente. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) do Rio de Janeiro no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE-2010). Professor convidado da Escola Superior de Guerra desde 2009, dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia e Logística e Mobilização Nacional. Assessor Especial do Superintendente de Ensino da Escola Naval (EN) desde set. 2012 e professor da Disciplina de Metodologia da Pesquisa da mesma IES militar. E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

Isabella Nara Costa Alves Graduação em Pedagogia pela Faculdade dos Guararapes; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em raça, gênero e sexualidades Audre Lorde (GEPERGES); E-mail para contato: isabella.athos@live.com

Ivonildes da Silva Fonseca Possui graduação em Biblioteconomia e documentação pela Universidade Federal da Bahia (1979), graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990), graduação em Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professora horista do Centro Universitário de João Pessoa, professor titular da Universidade Estadual da Paraíba, colaboradora - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, coordenadora - Bamidelê - Organização de Mulheres negras na Paraíba, voluntária do Instituto de Referência Étnica e efetivo da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra, educação e etnia, escola e sociedade, racismo e legislação. Grupo de pesquisa: Dandê: educação, gênero e representações afro-brasileiras. Email: vania_baiana@hotmail.com

Jéssica Dyane da Silva Martins Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); jessicamartinsjp@outlook.com

Lígia Luís de Freitas Professor da Universidade – Centro Universitário de João Pessoa; Membro do corpo docente da Graduação – Centro Universitário de João Pessoa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, com sanduíche na Universidade de Barcelona, na área de currículo. Núcleo/Grupo de pesquisas: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM); Grupo de pesquisa interdisciplinar Música, Corpo, Gênero, Educação e Saúde (MUCGES)

Lilian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; e-mail: gabriellaufpi@outlook.com.br

Luciana Menezes de Lima Mendes Graduação em andamento em Pedagogia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Ensino Médio (2º grau). Dona Leonor Porto, DLP, Brasil

Maria Joselma do Nascimento Franco Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo -USP (2005), professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenadora (Pibid) fomentado pela CAPES - Subprojeto Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea - PPGEduc. Email: mariajoselmadonascimentofranco@gmail.com

Maria Juliana Chaves de Sousa Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Documentação em Educação – CEDE da UEFS.

Maria Raquel Alves da Rocha Atualmente desenvolve pesquisas sobre cultura cigana, abrangendo a performance nos rituais ciganos e suas manifestações artísticas. É professora do curso de Artes Visuais na Universidade Federal do Piauí - UFPI e cursa mestrado em Antropologia, pela UFPI. É graduada em Licenciatura em educação artística, com habilitação em Artes Plásticas; é especialista em Arteterapia em Educação e também especialista em Dança e consciência corporal. É docente da Secretaria de educação e cultura do estado do Piauí (SEDUC-PI). A autora é artista designer e bailarina e já desenvolveu trabalhos em danças ancestrais no estado do Piauí. Seu e-mail é raquelalvesrocha@hotmail.com

Maysa Conceição de Farias Albuquerque Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: maysa.albuquerque@outlook.com

Nágib José Mendes dos Santos Professor da Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Campus A.C. Simões; - Membro do corpo docente do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. Graduação em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/CEDU/ Universidade Federal de Alagoas. Participante do Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – NEEDI. E-mail para contato: nagibem@gmail.com.

Osmar Barbosa dos Santos Ribeiro Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Maria Milza – FAMAM e em Letras Português/Inglês Pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR; especialista em MBA Gestão de Pessoas e em Gestão Escolar pela Faculdade Batista Brasileira - FBB, em Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – FAC; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Carta-Imagem - UEFS; bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, projeto político pedagógico, práticas pedagógicas em ambiente hospitalar, educação e formação docente. E-mail para contato: osdi.art@hotmail.com.

Paula Paulino da Silva Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: paulinha.s90@hotmail.com

Rafael Gomez da Silva Carneiro Graduação em Direito pela UNINOVAFAPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: rafaelgomezcarneiro@gmail.com

Rayane dos Santos Borges Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); santosborges1897@outlook.com

Roberto Vinicio Souza da Silva Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus Parnaíba – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes (NEPJUV/UFPI-Parnaíba)

Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Campus Parnaíba – Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI) – Professor do Município de Luis Correia - PI

Rosemary Meneses dos Santos Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco – RJ – Especialista em Libras pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina – FACET/CCTP e Especialista [Psicopedagogia](#) pela ISEPRO em Parnaíba. Professora do Município de Tutóia - MA

Silvana Nóbrega Gomes Professora do Centro Universitário de João Pessoa; Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Mestre Em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Doutora em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)-Coordenadora pedagógica. Silvana.n.g@hotmail.com

Suely Marilene da Silva Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais Instituição Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Formação em Pedagogia pela Instituição Universidade Vale do Acaraú – UVA; Pós-graduada em Gestão Escolar e Coord. Pedagógica Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup; Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup

Suzana dos Santos Cirilo Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: suzana.182009@hotmail.com

Tamires de Campos Leite Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Graduanda do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail para contato: ttamireslleite@gmail.com.

Valdeci Silva Mendes Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação: em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorando: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação; E-mail: valdeciconexoes@ufmt.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-77-6

